

## Parecer Jurídico nº 123/2026

**Referência:** Projeto de Decreto Legislativo 578/2026  
**Autoria:** Vereador Bulu da Mercearia.

**EMENTA:** “Concede a Honra ao Mérito do Município de Sabará ao Investigador de Polícia Civil Maurício de Souza Negreiros.”

### I RELATÓRIO

Foi encaminhado a Procuradoria Jurídica desta Casa de Leis para emissão de parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 578, que visa conceder a Honra ao Mérito do Município de Sabará ao Investigador de Polícia Civil Maurício de Souza Negreiros, pelo reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Município.

### II ANÁLISE JURÍDICA

Submetido à matéria a análise do Procurador da Câmara Municipal para verificação da legalidade e regularidade do dispositivo em referência.

O presente Decreto Legislativo visa a concessão de Honra ao Mérito do Município de Sabará ao Investigador de Polícia Civil Maurício de Souza Negreiros, pelo reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Município.

No caso em apreço vale enfatizar que a matéria veiculada se adequa perfeitamente aos princípios de Competência Legislativa que são

assegurados ao Município insculpidos no artigo 30, inciso I da Constituição Federal de 1988 e não conflita com a Competência Privativa da União Federal (artigo 22 da Constituição Federal) e também não conflita com a Competência Concorrente entre a União Federal, Estados e Distrito Federal (artigo 24 da Constituição Federal), in verbis:

Constituição Federal 1988

*“Artigo 30- “Compete aos Municípios”:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;” (grifo nosso)*

Apesar da generalidade que pode advir da expressão assuntos de interesse local, percebe-se, nesse caso, que o preceito constitucional se enquadra no assunto debatido, uma vez que o interesse local não é caracterizado pela exclusividade do interesse, mas sim pela sua predominância, o que é aplicável à criação de datas comemorativas, concessão de honrarias, em que não haja implicações vedadas pelo ordenamento jurídico.

Importante elencar ainda que a matéria veiculada está expressamente regulamentada no Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Sabará.



### III – CONCLUSÃO

Diante do todo exposto, do ponto de vista de constitucionalidade, juridicidade e boa técnica, a Procuradoria Jurídica OPINA, pela viabilidade técnica do Projeto em referência.

É o parecer

Sabará, 14 de maio de 2026.

*Márcio dos Santos Silva*  
Procurador Jurídico  
OAB/MG 169.203